

**JAMIL CHAIM ALVES**

Doutor e Mestre em Direito Penal pela PUC-SP

Coordenador do Departamento Estadual de Execuções Criminais da 7ª Região  
Administrativa Judiciária (Santos-SP)

Coordenador de Cursos de Extensão em Direito Penal e

Processual Penal da Escola Paulista da Magistratura

Juiz de Direito em São Paulo

# PENAS ALTERNATIVAS

## TEORIA E PRÁTICA

PREFÁCIO DE GUILHERME DE SOUZA NUCCI

### CONTÉM

- ESTUDO INTEGRADO COM A LEI DE EXECUÇÃO PENAL
- COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO ESPECIAL
  - CONSUMIDOR
  - DROGAS
  - JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS
  - MEIO AMBIENTE
  - TORCEDOR
  - TRÂNSITO
  - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- PESQUISA DE CAMPO REALIZADA NO DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO CRIMINAL
- ASPECTOS CRÍTICOS
- JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA



Belo Horizonte  
2016

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
<b>1</b> ASPECTOS CONSTITUCIONAIS .....	5
1.1 PREVISÃO CONSTITUCIONAL .....	5
1.1.1 Privação ou restrição da liberdade .....	6
1.1.2 Perda de bens .....	7
1.1.3 Multa.....	10
1.1.4 Prestação social alternativa .....	11
1.1.5 Suspensão ou interdição de direitos .....	12
1.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CORRELATOS .....	13
1.2.1 Considerações iniciais.....	13
1.2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	13
1.2.3 Princípio da legalidade.....	15
1.2.4 Princípio da humanidade .....	16
1.2.5 Princípio da individualização da pena.....	17
1.2.6 Princípio da proporcionalidade .....	18
1.2.7 Princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal .....	20
<b>2</b> A DECADÊNCIA DA PENA DE PRISÃO.....	23
<b>3</b> HISTÓRICO DAS PENAS ALTERNATIVAS .....	29
3.1 ORIGEM .....	29
3.1.1 Regras de Tóquio .....	33
3.1.1.1 Panorama histórico.....	33
3.1.1.2 Conteúdo .....	34
3.2 PENAS ALTERNATIVAS NO BRASIL .....	35
3.2.1 Ordenações Filipinas.....	35

3.2.2 Código Criminal de 1830 .....	36
3.2.3 Código Penal de 1890.....	38
3.2.4 Consolidação das Leis Penais de 1932.....	40
3.2.5 Código Penal de 1940 .....	41
3.2.6 Código Penal de 1969.....	42
3.2.7 Reformas posteriores.....	43
<b>4 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....</b>	<b>51</b>
4.1 CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA .....	51
4.2 CLASSIFICAÇÃO .....	54
4.3 REQUISITOS PARA SUBSTITUIÇÃO .....	55
4.3.1 Requisitos objetivos.....	56
4.3.1.1 Quantidade e espécie de pena.....	56
4.3.1.1.1 Suspensão condicional da pena e aumento do âmbito de incidência das penas restritivas de direitos.....	59
4.3.1.2 Inexistência de violência ou grave ameaça à pessoa .....	65
4.3.1.2.1 Violência imprópria ou presumida .....	65
4.3.1.2.2 Infrações de menor potencial ofensivo.....	68
4.3.2 Requisitos subjetivos.....	74
4.3.3 Hipóteses específicas de não cabimento .....	86
4.4 CONVERSÃO .....	89
4.5 MULTA SUBSTITUTIVA (ART. 60, § 2º, DO CÓDIGO PENAL) ...	98
4.6 PENAS ALTERNATIVAS A ESTRANGEIROS .....	102
4.7 PRESCRIÇÃO .....	105
4.8 EXECUÇÃO (REGRAS GERAIS).....	112
4.8.1 Início da execução .....	112
4.8.2 Execução provisória.....	116
4.8.3 Alteração da forma de cumprimento e da espécie de pena alternativa .....	118
4.8.4 Reconversão .....	123
4.8.4.1 Distorções causadas pela falta de casas do albergado.....	128
4.8.4.2 Cumprimento parcial .....	132
4.8.5 Condenação por outro crime.....	135
4.8.6 Prisão cautelar por outro crime.....	143
4.8.7 Detração .....	145

5 ESPÉCIES DE PENAS RESTRITIVAS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL.....	151
5.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS .....	151
5.1.1 Definição e regras gerais .....	151
5.1.2 Execução.....	156
5.1.2.1 Dificuldades para encaminhamento dos sentenciados e para fiscalização da execução.....	167
5.1.2.2 Reconversão .....	169
5.2 PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA .....	171
5.2.1 Definição e regras gerais .....	171
5.2.2 Execução .....	181
5.2.2.1 Reconversão .....	185
5.2.3 Crítica ao abatimento no âmbito cível do valor pago a título de prestação pecuniária.....	190
5.2.4 Prestação de outra natureza .....	193
5.2.4.1 Inconstitucionalidade da prestação de outra natureza .....	194
5.3 PERDA DE BENS E VALORES.....	201
5.3.1 Definição e regras gerais .....	201
5.3.2 Execução e reconversão .....	206
5.4 INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS .....	208
5.4.1 Noções gerais .....	208
5.4.2 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo .....	208
5.4.3 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público .....	210
5.4.4 Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo .....	211
5.4.5 Proibição de frequentar determinados lugares .....	211
5.4.6 Proibição de inscrição em concurso, avaliação ou exame públicos.....	212
5.4.7 Execução .....	220
5.4.8 Reconversão .....	222
5.4.9 Crítica às interdições temporárias de direitos.....	222
5.5 LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA .....	228

5.5.1 Críticas.....	229
5.5.2 Execução .....	230
5.5.3 Reconversão .....	234
5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULTA SUBSTITUTIVA.....	235
5.6.1 Aspectos gerais.....	235
5.6.2 Multa como dívida de valor .....	237
5.6.3 Crítica à pena de multa cumulativa à pena privativa de liberdade .....	239
<b>6</b> LEGISLAÇÃO ESPECIAL .....	245
6.1 LEI 8.078/1990 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).....	245
6.2 LEI 9.099/1995 (JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS).....	247
6.2.1 Introdução e esboço histórico .....	247
6.2 TRANSAÇÃO PENAL.....	249
6.2.3 Suspensão condicional do processo.....	257
6.3 LEI 9.503/1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).....	262
6.3.1 Panorama histórico.....	262
6.3.2 Suspensão do direito de dirigir .....	263
6.3.3 Multa reparatória.....	270
6.4 LEI 9.605/1998 (LEI AMBIENTAL).....	273
6.4.1 Requisitos para substituição.....	273
6.4.2 Espécies de penas restritivas de direitos.....	274
6.4.2.1 Pessoas físicas .....	275
6.4.2.1.1 Prestação de serviços à comunidade .....	275
6.4.2.1.2 Interdição temporária de direitos .....	277
6.4.2.1.3 Suspensão parcial ou total de atividades.....	278
6.4.2.1.4 Prestação pecuniária.....	278
6.4.2.1.5 Recolhimento domiciliar.....	279
6.4.2.2 Pessoas jurídicas .....	280
6.4.2.2.1 Multa .....	281
6.4.2.2.2 Restritivas de direitos.....	281
6.4.2.2.3 Prestação de serviços à comunidade.....	283
6.5 LEI 10.671/2003 (ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR).....	286
6.6 LEI 11.340/2006 (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA) .....	289

6.7 LEI 11.343/2006 (LEI DE DROGAS) .....	295
6.7.1 Tráfico de drogas e substituição da pena .....	295
6.7.2 Consumo próprio (art. 28) .....	301

<b>7 A REALIDADE DAS PENAS ALTERNATIVAS – PESQUISA REALIZADA NO DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO CRIMINAL DA CAPITAL/SP</b> .....	305
7.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	305
7.2 PENA ALTERNATIVA APLICADA .....	306
7.3 PENA ALTERNATIVA APLICADA PARA CONDENAÇÕES ATÉ UM ANO .....	307
7.4 PENA ALTERNATIVA APLICADA PARA CONDENAÇÕES SUPERIORES A UM ANO .....	308
7.4.1 Espécies de penas alternativas aplicadas .....	308
7.4.2 Aplicação cumulativa de duas penas restritivas .....	309
7.4.3 Aplicação cumulativa de pena restritiva e multa .....	310
7.5 PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA .....	311
7.5.1 Destinação .....	311
7.5.2 Valor fixado .....	312
7.5.3 Valor da pena de multa .....	313
7.6 LEGISLAÇÃO ESPECIAL .....	314
7.6.1 Aplicação de pena restritiva de direito prevista em lei especial .....	314
7.6.2 Duração da pena de suspensão do direito de dirigir .....	315
7.7 REGIME INICIAL FIXADO EM CASO DE CONVERSÃO .....	316
7.8 APLICAÇÃO DE PENA ALTERNATIVA E SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	317
7.9 CRIMES SANCIONADOS COM PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	318

<b>8 A CRISE DAS PENAS ALTERNATIVAS – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	319
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	327